

ATA DA 049ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, que representa a bancada do PDT nesta Casa, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Caro presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, sra. deputada Ana Paula Lima, prezados pares deputados aqui presentes, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e público presente nesta manhã de quinta-feira, quero, ainda, no mesmo sentido que argumentava na tarde de ontem nesta tribuna, falar sobre os inusitados acontecimentos das últimas horas, dos últimos dias ocorridos no nosso país e no nosso estado. Inusitado no sentido de haver 100 mil pessoas nas ruas - e hoje com certeza teremos muito mais do que isso -, somente

numa cidade, num determinado dia. É a mudança da posição dos chefes das instituições, dos detentores de cargo de poder, das autoridades, dos formadores de opinião a respeito dessa situação. Tudo o que não podia antes agora ficou bonito; tudo o que era um crime grave, até a semana passada e nos últimos anos, agora ficou a cívica e legítima manifestação da sociedade brasileira.

Evidente que isso é importante porque mostra a força da sociedade quando está mobilizada e assume a cena. Ela é, na verdade, ou pelo menos deveria ser, a detentora de todos os poderes, conforme reza a nossa Constituição: todo o poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido.

Como a sociedade não vê e não sente que efetivamente os poderes emanam de si, precisou vir para as ruas para que os próprios poderes pudessem refletir sobre as suas atividades, as suas práticas, o seu *modus operandi*, a sua forma de organização, a falência de credibilidade dos partidos políticos, pelo menos, da imensa maioria, e dos próprios políticos.

Outro fato aqui da nossa capital é que alguns anos atrás, em 2005, o Poder Judiciário, a pedido, evidentemente, de poderes executivos, decretava interdito proibitório contra militantes que organizavam o Movimento Passe Livre, o mesmo que foi o estopim desse processo de agora. Então, é preciso refletir sobre isso, sobre esse acúmulo de medidas de contenção e de repressão contra as organizações populares que leva também a essa descredibilidade de hoje.

É necessária outra reflexão sobre o que se está dizendo, e a imprensa tem sempre feito questão de falar que o movimento é tão bonito, tão legítimo que não está aceitando a bandeira dos partidos políticos. Eu acho que está, como disse inclusive na mesma lógica que existe uma falência de credibilidade das instituições, existe esse sentimento na massa da sociedade.

Mas creio que é preciso registrar algumas medidas ocorridas, inclusive, nesta cidade, na última terça-feira, que foi a força física para retirar bandeira de partidos políticos que sempre

estão em todas as manifestações populares, mesmo que seja de dez ou 100 pessoas, que a meu ver tem legitimidade para estar.

As pessoas que fizeram isso são de um grupo que não estão isentas de partido político, aliás, teve até candidato a vereador, na última eleição, com essa prática em frente ao terminal, na sexta-feira. Alguns, pelo menos, têm cargos comissionados na prefeitura desta cidade, atualmente.

Então, é preciso tomar cuidado com esse sentimento legítimo da população de que os partidos que não a representam não passem a ser justificativa para que grupos de direita, de direita radical e de direita reacionária acabem suprimindo a possibilidade das organizações populares, das entidades sindicais e de partidos de esquerda, partidos de origem popular, manifestarem-se livremente, porque a liberdade de um não gostar do partido político não retira a liberdade do outro ter e defender um partido político.

Então, aquilo que pode parecer ou falar ou ser defendido em nome do anarquismo, da liberdade plena, defendida por pessoas que se dizem libertárias, anarquistas, pode ser, na verdade, uma manifestação de caráter fascista, porque impõe a sua verdade sobre o ponto de vista dos outros, impõe o seu ponto de vista unilateral contra o ponto de vista dos outros que têm, na minha avaliação, legitimidade para fazer. Mas vou aprofundar um pouco mais esse assunto.

Ontem, o deputado Gilmar Knaesel, pelo qual temos um grande respeito, falou nesta tribuna, o que achei generoso e correto da parte dele, que não dá para jogar pedra e culpa na Dilma Rousseff ou no governo federal, porque é uma crise do sistema e não do governo "x" ou do governo "y". Eu achei que ele enveredaria numa outra direção, mas ficou na posição e no discurso de que o pacto federativo é que provoca isso, que não é uma concentração de recursos de renda no governo central e pouco recurso no município para que possa fazer as políticas, as obras e garantir os

serviços necessários no âmbito da municipalidade, como o transporte coletivo urbano, que é uma responsabilidade municipal.

Fala-se também da necessidade da reforma política para se resolver o problema da falta de legitimidade, de credibilidade dos políticos e dos partidos. Eu até acho que essas medidas, se forem feitas corretamente, ajudam nesse sentido. Mas a crise do sistema que é preciso considerar, na minha avaliação, deputado Padre Pedro Baldissera, não somente de origens superestruturais das instituições políticas, da superestrutura da sociedade jurídica composta no Brasil ou no mundo. É uma crise de estrutura e de estrutura da matriz econômica.

O resultado que vemos no Brasil agora tem sido visto nos países europeus, nos próprios Estados Unidos, de manifestações populares, de descontentamento, com características, inclusive, parecida com as que se têm manifestado no Brasil nas últimas semanas, tem origem, a meu ver, bem mais profunda do que se poderia resolver com uma reforma política, com uma reforma tributária etc.

A matriz econômica da sociedade global de hoje tem levado a esses resultados. A crise econômica da sociedade capitalista, que desde a década de 70 e em 1973 tem se aprofundado, tem levado a imensa maioria dos estados, do globo, do mundo inteiro, a cada vez mais adotarem políticas de interesse para atender às necessidades, para garantir a não falência dos conglomerados capitalistas, dos monopólios.

O agronegócio, falei aqui outras vezes, é a república das empreiteiras, dos bancos e do agronegócio. Poderíamos crescer os monopólios do setor automobilístico que define no Brasil qual a prioridade de investimento do poder público no quesito transporte. A prioridade é financiar a indústria automobilística, a aquisição do carro particular, para garantir o lucro da indústria automobilística em detrimento da mobilidade urbana, em detrimento do transporte coletivo.

Então, nesse aspecto até aqui não houve governo para se confrontar com isso e inverter a

prioridade. É uma crise do sistema capitalista dos estados subordinados aos interesses. A necessidade de lucro dos monopólios cada vez mais concentrados é que provoca esse sentimento de que o estado não os representa. E o estado não pode de fato representar a maioria da população, porque não é preciso atender ao mesmo tempo a dois senhores. Se o estado precisa ficar a serviço dos interesses dos monopólios, naturalmente não sobram condições para que esteja a serviço das necessidades populares. Por isso temos problemas de transporte, de saúde, de segurança pública, de alimentação com o preço dos alimentos lá em cima, por conta dessa prioridade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Tanto é verdade isso, deputado, que não se pode servir a dois senhores ao mesmo tempo. Isso é bíblico. Ou você amará um ou odiará outro. Temos que ter uma posição clara e definida nesse sentido.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, vou fazer um registro, mais uma vez, para engrandecer Santa Catarina e nossos vinivicultores fazendo a leitura do *Diário Catarinense* do dia 19 de junho.

(Passa a ler.)

"Vinhos de Santa Catarina na França.

Seis vinícolas do estado integram as 15 brasileiras na Vinexpo, feira de Bordeaux, na França, considerada emblemática para quem busca o mercado mundial. Participam do estande *Brazilian Highland Wines*, do Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin) a Hiragami, Kranz, Sanjo, Santa Augusta, Santo Emílio e Suzin. O viticultor Walter Kranz diz que os vinhos de Santa Catarina são vistos como uma novidade na mostra da França."

É fundamental que Santa Catarina tome conhecimento disso para valorizar o que é nosso. Nós, além de expormos, estamos exportando vinho de Santa Catarina para alguns países.

Então, é importante que se valorize os que gostam de tomar vinhos, como os brasileiros. Hoje podemos verificar que existe nos supermercados uma variedade de marcas de vinho ao preço de R\$ 8,00.

O que é isso, brasileiros?! Vinho importado a R\$ 8,00 não pode ser um vinho de primeira linha! Não pode ser um vinho de primeiro escalão, de qualidade. Não pode! É humanamente impossível admitirmos isso! Há a taxa de exportação, o frete, um monte de tributos, e o vinho está lá exposto.

Vamos beber o vinho de Santa Catarina, pois conhecemos a sua fonte, a sua origem, os fabricantes e é um vinho de excelente qualidade. Por isso cada vez mais me orgulho de ser catarinense, mesmo adotado, de ver em Santa Catarina produtores de vinho de qualidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito bem lembrado, deputado.

Foi realizado também, neste sentido, a III Mostra do Vinho produzido em Santa Catarina, que foi um momento extraordinário, em que na degustação percebemos a extraordinária qualidade dos vinhos produzidos em Santa Catarina. E o deputado Reno Caramori é um grande conhecedor desse assunto, pois é de uma região extremamente produtora de vinhos.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, a sua fala, neste momento, quase supriu a necessidade da minha.

Eu ia dizer que o deputado Reno Caramori é de uma região que cultiva bastante vinho, assim como v.exa. que tem promovido os produtores de vinho, trazendo inclusive atividades para esta Casa. E com certeza deve ser bem melhor o vinho de v.exa.,

deputado Reno, como o vinho do deputado Padre Pedro.

Com certeza, então, beber o vinho catarinense do deputado Reno ou do deputado Padre Pedro é muito melhor do que o vinho importado.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, quero fazer uma correção: pelas informações que tenho, o vinho do deputado Padre Pedro é produzido no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Também, deputado!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Não sei se Santa Catarina produz o vinho do deputado Padre Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado, havia uma produção de vinho no município de Tangará, especialmente para missas.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Então, já dá para incluir.

Mas quero justificar a minha ausência no dia da realização da amostra de vinhos de Santa Catarina que ocorreu nesta Casa, porque tive a infelicidade de ter que ir naquela ocasião a um sepultamento em Caçador do grande amigo Sérgio. Por isso não pude estar presente. Mas acompanhei pela imprensa e sei que foi um sucesso.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - V.Exa. foi muito bem lembrado naquele momento, através do presidente, deputado Joares Ponticelli, que fez menção ao seu empenho, à sua dedicação com relação à questão que envolve toda a cadeia produtiva da viticultura.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são reservados ao PT.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Srs. deputados, quero cumprimentar os servidores da Assembleia Legislativa, as pessoas que nos acompanham pela TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Neste momento, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, no horário destinado ao PT, quero ressaltar algumas notícias divulgadas há pouco pela mídia nacional.

A primeira notícia é que a produção nacional industrial avançou 1,8% em abril, comparada com o mês de março, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este é o segundo resultado positivo consecutivo nesse tipo de comparação.

A categoria bens de capitais, máquinas e equipamentos foi a principal influência para esse aumento ao apresentar a maior variação em abril, com alta de 3,2%, e quarto resultado positivo consecutivo com ganho acumulado de 15,5%.

Comparando-se com abril do ano passado, a indústria brasileira cresceu 8,4% em abril de 2013; é a taxa mais elevada nesse tipo de comparação desde agosto de 2010.

A segunda notícia positiva é que a inflação, srs. parlamentares, está sob controle e os indicadores demonstram que ela está declinante. A presidente Dilma Rousseff está adotando medidas que estimulam o crescimento econômico e o Banco Central tem atuado para proteger a economia. O terrorismo da inflação não vai se confirmar. A inflação de 2013 será menor que a de 2012.

A terceira notícia, é que, segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT -, o Brasil é exemplo para o mundo na política de geração de emprego. Enquanto que o mundo vive com uma onda gigantesca de desemprego, o Brasil continua crescendo e gerando empregos.

Tenho acompanhado os noticiários e os argumentos de alguns economistas, principalmente ligados ao PSDB, que defendem abertamente que o governo federal deve adotar políticas de desemprego. Não dá para entender um negócio

desses. Esses economistas estão defendendo políticas para gerar desemprego em nosso país como saída para o Brasil driblar a crise mundial. Isso é um absurdo!

O povo brasileiro sabe e reconhece o trabalho da presidente Dilma Rousseff. Registro que o Programa de Aceleração do Crescimento bate um novo recorde de execução. Os investimentos em infraestrutura logística, social e urbana somaram cerca de R\$ 560 bilhões. Esse montante representa 57% dos investimentos previstos no PAC II.

O resultado positivo, srs. parlamentares e público catarinense, do PAC II é uma vitória do Brasil. Desde o início do PAC o investimento público cresceu quatro vezes mais do que o PIB. Ressalto também os investimentos do PAC no maior programa de habitação popular da história do país, que é o projeto Minha Casa, Minha Vida.

Antigamente, o sonho de todo brasileiro e brasileira era e continua sendo hoje uma casa própria para resguardar sua família, dar segurança a seus filhos, sendo que o maior programa de habitação do nosso país aconteceu na gestão do ex-presidente Luiz Inácio da Silva, dando continuidade com a presidente Dilma Rousseff, que é o programa Minha Casa, Minha Vida. Até este momento, 4,5 milhões de brasileiros foram beneficiados com a construção de 1,2 milhão de imóveis e até o final de 2014 serão 2,4 milhões de habitações, garantindo a casa própria para milhares e milhões de brasileiros e brasileiras.

Isso também gerou emprego na área da construção civil, pois vimos hoje uma demanda muito grande e a falta de pedreiros, mestres de obras, serventes e de engenheiros civis. O Brasil não estava preparado para esse crescimento grandioso na construção civil.

Tenho certeza de que foi graças ao Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, que o sonho da casa própria foi realizado, garantindo segurança para milhões de brasileiros. E verificamos isso inclusive em nosso estado. Verificamos esse sucesso nos feirões da casa própria realizados pela Caixa Econômica Federal.

O Brasil, srs. parlamentares, continua crescendo, distribuindo renda, realizando sonhos e empregos e mudando a vida dos brasileiros e brasileiras para melhor.

Para a nossa reflexão, os gastos públicos com a Copa do Mundo somam R\$ 28 bilhões, na sua maioria gastos com a mobilidade urbana, com os aeroportos, com a construção de estradas, sendo que a melhoria do transporte urbano, dos estádios brasileiros, na sua maioria, está sendo feita com recursos privados, da iniciativa privada, com a participação do governo federal através de empréstimos bancários para a iniciativa privada, com recursos do BNDES.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas, a Copa do Mundo trará para o nosso país mais de R\$ 142 bilhões para o Brasil. Não é pouco.

É muito importante que esse evento seja realizado em nosso país, pois trará grandiosidade ao Brasil, que será reconhecido mundialmente. Percebam o que era a África antes da Copa do Mundo e como ela está hoje.

Por isso a importância da realização da Copa em nosso país. E para realizarmos a Copa do Mundo aqui tem que ter ser investimento público, principalmente na área da infraestrutura, para garantir a melhoria desse evento no Brasil. Mas os maiores investimentos na construção dos estádios de futebol foram da iniciativa privada, além de garantir a melhoria de vida da população de 12 capitais brasileiras que vão gerar cerca de quatro milhões de empregos.

Estávamos querendo que fosse realizada a Copa do Mundo em Florianópolis também. Quatro milhões de famílias terão o seu sustento vinculado à Copa. Vivemos um momento de reflexão.

Por isso, srs. parlamentares, e público catarinense, a importância dos jovens, das pessoas nas ruas, das manifestações pacíficas por um Brasil melhor, pois nos leva a ações e mudanças de atitude. É bom ouvir, sim, as vozes das ruas, da nossa sociedade, que conquistou empregos, acesso à educação. Estamos vencendo a fome e precisamos

priorizar ainda mais dois pontos: a saúde e a educação. É nesse sentido que vamos caminhar.

Ontem, sr. presidente e srs. deputados Neodi Saretta, Jailson Lima e Padre Pedro Baldissera, o presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Rui Falcão, afirmou que o PT também está indo às ruas. Vamos participar, sim, dessa marcha democrática!

Precisamos, urgentemente, que seja feita uma reforma política em nosso país. Queremos que aconteça o fornecimento público de campanha o mais rapidamente possível. É para isso que estamos indo às ruas. E eu, especificamente, também estou indo às ruas no dia de hoje, na cidade de Blumenau, onde ocorrerá uma marcha, assim como em outras cidades do estado de Santa Catarina. Estou indo reivindicar 30 horas para a categoria da enfermagem, srs. deputados e povo catarinense. Essa categoria que trabalha muito na iniciativa privada e também no serviço público, garantindo a saúde e a segurança dos pacientes, dos clientes que merecem uma atenção especial.

Estou indo às ruas também, srs. parlamentares, para dizer que sou contra a aprovação do ato médico no Senado Federal, pois é um absurdo o que aconteceu. Estou indo às ruas por várias manifestações de jovens que também estão precisando reivindicar as ações. Mas há muitas pessoas indo às ruas reivindicar várias coisas.

Recomendo à presidente Dilma Rousseff que vete o projeto do ato médico.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, tive a grata satisfação de presenciar, na noite de ontem, uma solenidade proposta pelo presidente desta

Casa, deputado Joares Ponticelli, a dois ilustres médicos que desenvolvem um grande trabalho na área da neurocirurgia no estado de Santa Catarina que têm-se tornado referência nacional e internacional.

Fiquei extremamente satisfeito em ver que ainda existem muitos médicos de linha, de caráter, com a sensibilidade de um ser humano na sua essência. E ontem pude presenciar aqui, na pessoa do médico Marcos Flávio Ghizoni, que atua no Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão, o trabalho que vem desenvolvendo, mostrado em revistas internacionais e através de depoimentos de pacientes que passaram pelas mãos desses dois profissionais gravados em um vídeo. Muitos pacientes tinham nascido com seus membros atrofiados e com o trabalho e a tecnologia que desenvolveram essas pessoas estão conseguindo manusear objetos e algumas delas até andar.

Vi quanto o Brasil é capaz e possui talentos, mas essas pessoas precisam de oportunidade. E é nessa condição que o ente público tem que estar presente como incentivador, motivador, flexibilizando a legislação, adequando à realidade e às demandas reprimidas que temos em todo o Brasil.

Quando ouvi o pronunciamento do dr. Marcos Flávio Ghizoni fiquei extremamente emocionado, confesso, porque uma coisa é quando o profissional se autoelogia e defende e outra é quando aqueles que por esse profissional passaram e foram atendidos vêm testemunhar que antes tinham uma vida extremamente limitada. Então, esses bons profissionais, através do uso de uma tecnologia de ponta, de inovação, tornam-se referência nacional e internacional palestrando por vários países, disponibilizam essa condição às pessoas mais necessitadas, não somente de Santa Catarina como do Brasil e até do exterior.

Foi lançado aqui um desafio em que se busca junto ao governo o apoio para se criar um centro de referência de neurocirurgia, possibilitando essa condição, talvez, a dezenas de milhares de pessoas que estão à mercê de uma expectativa e de

uma esperança que muitas vezes levam uma vida toda e não conseguem.

Estavam nesta Casa os deputados Jailson Lima, Joares Ponticelli e José Nei Ascari que presenciaram o ato, esses depoimentos e o testemunho vivo dessas pessoas que passaram pelas mãos do dr. Marcos Flávio Ghizoni, no Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Tubarão.

Deputado Gilmar Knaesel, há algumas pessoas que acham que a felicidade depende em adquirir um bem ou um avião. Outras acham que a felicidade pode ser estar em chegar ao final do mês e receber um salário digno para poder sustentar seus filhos, para não passaram fome. E há outros ainda que acham que é dar uma roupa digna ou trocar a gaiola do canário ou do curió. Talvez a felicidade esteja dentro de cada um.

Realmente é extremamente emocionante e enaltecedor ver a alegria estampada na face de uma pessoa que tem os seus membros atrofiados, que não consegue pegar nada na mão e, de repente, passa por uma microcirurgia dessa natureza e tem a possibilidade de acessar o controle remoto da sua televisão, como presenciamos ontem; que durante 40 anos não teve a oportunidade de dominar uma xícara de café ou uma bolacha na boca. Esse é um detalhe simples para uma pessoa normal, mas para aquele que não tem a mínima condição de se locomover ou de pegar qualquer objeto, realmente isso faz a diferença.

Esse trabalho que está sendo proporcionado por essa equipe médica no Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Tubarão, com uma tecnologia de ponta extremamente avançada, precisa ser potencializado. E quem pode dar essa condição é o ente público, possibilitando não somente um centro de referência, mas criando mecanismos e adequando a legislação ao ponto de flexibilizar esse tipo de pesquisa que, com certeza, irá trazer qualidade de vida às pessoas no país e no mundo.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente e srs. deputados!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, gostaria apenas de aproveitar este momento para registrar a presença, neste plenário, do vereador Roberto Plebianca, acompanhado da miss Ilhota, Talita Chaves Oliveira, e da superintende da Fundação Cultural de Ilhota, sra. Ana Lucia Dalcastagne.

O município de Ilhota, que é um importante município do nosso estado, completará amanhã 55 anos de emancipação política e está convidando todos os parlamentares para participar das festividades que serão realizadas durante a semana inteira.

Deputado Gilmar Knaesel, como v.exa. é da região, gostaria, em nome da miss e da fundação cultural, de convidá-lo para participar das festividades ao referido município.

Fica, então, o convite a todos os srs. deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera - Feito o registro do deputado José Milton Scheffer, quero parabenizar aquele município e, ao mesmo tempo, desejar um bom evento com uma participação extraordinária de toda a população.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, que está presidindo a sessão, colegas deputados,

colegas deputadas, catarinenses que acompanham esta sessão, quero também dar boas-vindas ao vereador Roberto Prebianca, juntamente com a rainha. Certamente Ilhota comemora, mais uma vez, a sua emancipação político-administrativa com grandes eventos.

Recebemos, esta semana, a visita em nosso gabinete do vice-prefeito daquele município, Lauri Adão Junior, com toda sua equipe, para fazer o convite, onde estaremos no final de semana para prestigiar o evento e, acima de tudo, a gente ilhotense.

Recebi também, com muita honra, o título de Cidadão Honorário daquele município constituído pela Câmara de Vereadores que o deputado José Milton Scheffer fez muito bem a referência de boas-vindas.

Srs. deputados, gostaria de aproveitar este espaço do meu partido, o PSDB, na manhã de hoje, como presidente da comissão de Finanças e Tributação, conseqüentemente coordenadora do Orçamento Regionalizado, para informar a todos os deputados que estaremos, na semana que vem, no nosso último roteiro do Orçamento e que iremos fazer algumas referências quanto a isso. Primeiramente, gostaria de informar que esse roteiro terá início nos municípios de Canoinhas e Mafra, no planalto norte, depois em Joinville, Jaraguá do Sul, Itajaí, Laguna, Criciúma, Araranguá, Braço do Norte, terminando em Tubarão, sexta-feira à noite.

Então, convidamos os srs. deputados que puderem para participar dessas audiências públicas, pois são presença importante nesse momento em que estaremos passando por essas mudanças que trouxeram grandes resultados ao ampliarmos o número dessas audiências para 34. Claro que num primeiro momento fomos questionados, mas hoje com uma grande participação e um resultado prático entendemos que foi um acerto da comissão de Finanças e Tributação, juntamente com todos os deputados, com o consentimento também da Mesa Diretora.

Quero aqui fazer, mais uma vez, uma referência ao presidente e a todos que têm também o compromisso de auxiliar com a parte administrativa das audiências públicas, especialmente aos servidores da Assembleia, que têm sido um exemplo de dedicação, que se deslocam conosco. São duas audiências por dia e eles não medem esforços para contribuírem com o sucesso dessas audiências.

Mas o grande sentimento que trago das audiências públicas, deputado Neodi Saretta, que tem participado em inúmeras delas, como também o deputado Sargento Amauri Soares, é ver a cobrança dos prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, da sociedade representada pelas entidades, no sentido de buscar resultados práticos naquilo que apontamos como emendas regionais e a sua execução. Dentro disso, claro, está em discussão a questão do Orçamento Positivo, que está tramitando no Congresso Nacional, e a informação que tivemos é que irá tramitar também para a sua votação.

Há nesta Casa uma emenda constitucional nesse sentido, de autoria do presidente Joares Ponticelli, na qual apresentamos um substitutivo global para darmos respostas àquilo que tanto pregamos, que são as emendas regionais.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Gilmar Knaesel, primeiramente, quero parabenizá-lo porque foi v.exa. que *startou* esse processo em relação à questão do Orçamento Regionalizado, que apoio e acredito.

Participei das audiências no extremo oeste e estarei presente na região sul. Penso que esse é um instrumento interessante que vai dar oportunidade para trazer as autoridades, as entidades organizadas para debater sobre assuntos e obras estruturantes para cada região.

Eu, particularmente, defendo, e fiz isso na comissão de Finanças e Tributação, que deveríamos compactar um pouco mais, fazer menos reuniões, com mais potencialidade, mas em momento algum deixar de evidenciar a importância do Orçamento

Regionalizado, apesar de que alguns pensam um pouco diferente. Mas é um conceito, é um hábito que precisa ser criado ao longo do tempo e, necessariamente, com a participação efetiva do governo, porque, afinal de contas, é o Executivo, mas na essência quem escolhe são as comunidades, as lideranças que vivem no local.

Então, espero que este assunto realmente continue sendo tratado cada vez mais e que o projeto das emendas impositivas, que é uma prerrogativa do governo, possa ser estabelecido na prática, levantando as demandas, para serem colocadas efetivamente em prática.

Parabenizo v.exa. pelo tema.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, deputado Valmir Comin. E até para fazer justiça, pois v.exa. participou de audiências públicas no extremo oeste de Santa Catarina, deslocando-se do sul do estado, o que trouxe incentivo também como exemplo de participação, quero dizer que a sua colocação realmente é oportuna neste momento em que estou fazendo essa reflexão.

Diante das audiências públicas e seu resultado, com certeza são graves os problemas que temos em nosso estado em infraestrutura, os quais acabam sempre sendo o ponto de maior número de reivindicações, juntamente com a área da saúde. Sem dúvida, em nossas audiências públicas há referências quanto ao problema de saúde em todas as regiões do estado e também em regiões que conseguiram recursos para melhorar a infraestrutura dos hospitais, mas não se consegue médicos para atendimento. Em outros hospitais há médicos especialistas, mas não há infraestrutura.

Existem casos até pitorescos dentro da linha que foi levantada, mas para mim também representa um grande aprendizado conhecer um pouco mais a realidade catarinense através das audiências públicas. E no momento em que temos novos prefeitos, novos vereadores, novos vice-prefeitos trazendo suas angústias, seus projetos, seus ideais, penso que o Orçamento do estado pode ser a solução.

Isso vem ao encontro do que falávamos aqui ontem sobre o momento da crise nacional, das mobilizações, das movimentações e que no fundo a insatisfação esbarra no processo do sistema federativo que, infelizmente, no meu ponto de vista, está exaurido, não há mais condições de atender às demandas da sociedade em saúde, em educação, em infraestrutura, em segurança, na área social, principalmente, e em tantas outras, se continuar esse modelo centralista de recurso na mão do governo central, do governo federal.

Esse é um debate paralelo. Vim aqui neste horário falar sobre o Orçamento Regionalizado. Fizemos um acordo com a Presidência de manter o plenário funcionando, as comissões, no sentido de não esvaziar o amplo debate que a Assembleia proporciona. Temos que continuar porque afinal de contas é lei, é obrigação de a Assembleia realizar audiências públicas. Portanto, mais uma vez convido todos para a última semana das audiências públicas, na semana que vem, nas cidades e nas regiões que acabei de destacar.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon)
- Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário as seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regime Interno: Projeto de Lei n. 0342/2011, de autoria do deputado Darci de Matos.

A comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0001/2013; 0028/2013; 0031/2013; 0035/2013; 0062/2013; 0143/2013; 0150/2013; 0188/2013; 0362/2012, de autoria de entidade social.

A comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0085/2013; 0086/2013; 0132/2013, de autoria de entidades sociais.

A comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0160/2013.

Votação da redação final o Projeto de Lei n. 0066/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0080/2013, de autoria do deputado Volnei Morastoni.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final o Projeto de Lei n. 0087/2013, de autoria do deputado Gelson Merisio.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0094/2013, de autoria do deputado Edison Andrino.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.0112/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.0120/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.0126/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.0130/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.0130/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.0146/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.0156/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.0161/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.0210/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que será encaminhada aos destinatários a Indicação n.: 0374/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Também comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0672/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, e 0673/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.